



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA

21.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

1 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

SUMÁRIO

- ★ [MOBILIDADE, ORIGEM E DESTINO – O Popular](#)
- ★ [PGJ FALA EM MUDANÇA CULTURAL DAS FORÇAS DE SEGURANÇA GOIANAS – O Popular](#)
- ★ [GOVERNO PRECISA REVER POLÍTICAS INEFICIENTES – Folha de São Paulo](#)
- ★ [CELSO AMORIM ESTÁ CERTO – Folha de São Paulo](#)
- ★ [PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS SÃO COMO REGRAS PARA UMA CORRIDA A PÉ – Folha de São Paulo](#)
- ★ [FRACASSO MORAL DO MUNDO EM GAZA DEVERIA ENVERGONHAR A TODOS – Folha de São Paulo](#)
- ★ [MÉXICO E BRASIL: PARCEIROS INDISPENSÁVEIS PARA UM FUTURO MAIS JUSTO – Folha de São Paulo](#)
- ★ [CRISE LULA-ISRAEL MUNICIA BOLSONARISTAS, MAS LÍDERES DO CONGRESSO DESCARTAM AVANÇO DE IMPEACHMENT – Folha de São Paulo](#)
- ★ [BARROSO ANUNCIA PROJETO PARA CRIAÇÃO DE CADASTRO ÚNICO DE PRECATÓRIOS NO CNJ– Folha de São Paulo](#)
- ★ [FGV E CNJ FIRMAM ACORDO PARA INCLUIR NEGROS E INDÍGENAS NA MAGISTRATURA – O Hoje](#)
- ★ [TORRES QUER FALAR; BOLSONARO, NÃO – Correio Braziliense](#)
- ★ [PAUTA ECONÔMICA PERMANECE TRAVADA – Correio Braziliense](#)
- ★ [PARA SALVAR O PAÍS TROPICAL – Correio Braziliense](#)
- ★ [SENADO APROVA PROJETO QUE RESTRINGE 'SAIDINHA' DE PRESOS – Valor Econômico](#)
- ★ [CARF MANTÉM COBRANÇAS DE R\\$ 9,18 BI DA PETROBRAS – Valor Econômico](#)
- ★ [STJ APLICA LEI E IMPEDE FAZENDA DE LEVANTAR ANTECIPADAMENTE GARANTIA – Valor Econômico](#)
- ★ [SIEMENS CONSEGUE LIBERAR SEGURO DE R\\$ 300 MILHÕES – Valor Econômico](#)
- ★ [É PRECISO DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 3/24 – Valor Econômico](#)
- ★ [DATA COMEMORATIVA DO DIA– SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 21.02.2024 – PÁG. 03

Mobilidade, origem e destino

Ronny Marcelo Aliaga Medrano



A criação da Lei de Mobilidade Urbana para os municípios brasileiros estabelece que cidades acima de 250 mil habitantes estão obrigadas a elaborar o Plano de Mobilidade Urbana. Informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam 1.423 municípios que precisam responder a esse plano. Mas apenas 35 municípios declararam já ter realizado a Pesquisa Origem/ Destino, sendo a maioria delas na última década.

A pesquisa domiciliar Origem/ Destino é utilizada como base para o planejamento da mobilidade urbana. Nela são levantadas informações sobre os deslocamentos, modo de transporte utilizado e as características socioeconômicas da população. A partir de então pode-se realizar um diagnóstico para elaboração dos planos de mobilidade. Mesmo sendo uma das fontes de dados mais importantes para o planejamento da mobilidade urbana, podem ser apontados muitos entraves para a realização deste tipo de pesquisas. O primeiro é o custo para as prefeituras.

Por ser uma pesquisa que realiza entrevistas no domicílio ou por telefone, requer a contratação de uma grande equipe. Outro entrave é a negativa da população de responder o Censo demográfico. Além dos entraves mencionados, as novas fontes de dados, como bilhetagem eletrônica e dados de celular, são alternativas de big data à pesquisa Origem/ Destino, que têm custo alto e amostra pequena. Elas são mais usadas nos países em desenvolvimento e mostram os deslocamentos das pessoas por um mês inteiro, enquanto a pesquisa Origem/Destino só mostra um dia.

Mas elas têm limitações: não coletam as características socioeconômicas e o modo de transporte dos viajantes. A pesquisa Origem/ Destino faz isso e também identifica quem não se desloca na família e por quê. Por isso, a pesquisa Origem/ Destino ainda é importante para complementar as novas fontes de dados. Importante destacar que algumas inovações são interessantes para o problema de coleta de dados de deslocamento das pessoas. O exemplo de Recife demonstra que é possível coletar dados origem e destino de forma mais contínua do que o tradicional levantamento de dez em dez anos.

Recife tem conseguido implementar uma pesquisa Origem/Destino realizada pela internet diretamente com os cidadãos. Mas além do uso da tecnologia, a maior inovação se encontra na lei de informações de mobilidade que foi criada por Recife. A lei obriga que as famílias com filhos em escolas públicas e privadas respondam a pesquisa no momento da matrícula. No caso de empresas privadas, todos os funcionários devem responder a pesquisa para poder realizar a renovação do alvará de funcionamento. Dessa forma Recife tem conseguido nos anos 2016 e 2018 amostras de respondentes de 84.220 e 208.575 respectivamente.

Resumindo, a pesquisa Origem/ Destino é importante e deve ser ainda realizada pelos gestores públicos. Não temos outra fonte que permita saber como as pessoas se deslocam. As novas fontes de dados tecnológicas são uma grande aliada para contar com informações da mobilidade, mas elas serão mais ricas quando se juntam com a pesquisas Origem/ Destino atualizadas.

JORNAL – O POPULAR – 21.02.2024 – PÁG. 05

PGJ fala em mudança cultural das forças de segurança goianas

Em entrevista à jornalista Cileide Alves, no Chega pra Cá, Cyro Terra afirma que respeito e “atuação dentro das normas” estão sendo trabalhadas

Elisama Ximenes

O procurador-geral de Justiça, Cyro Terra Peres, que comanda o Ministério Público de Goiás (MP-GO), admitiu que a Polícia Militar do Estado precisa aprimorar a “cultura” para respeitar os “direitos das pessoas”. Ele disse isso em entrevista à jornalista Cileide Alves, no programa Chega pra Cá, transmitido pelo site e nas redes sociais do POPULAR, nesta terça-feira (20).



Terra também negou veementemente que o MP-GO tenha adquirido certa dependência do governo estadual e rebateu todas as questões que apontavam a inércia da procuradoria diante de medidas tomadas pela gestão, que foram consideradas inconstitucionais. Questionado quanto à falta de controle externo sobre a PM-GO quanto às suas ações ostensivas, Terra disse que o MP-GO tem cumprido esse papel, mas só tem encontrado situações pontuais de crimes cometidos pelos policiais em abordagens.

A jornalista mencionou um vídeo de treinamento de agentes, em que diziam que procurariam a testemunha que os visse cometendo algum ato ilegal. Terra disse não ter conhecimento do ocorrido. “Não sei em que contexto isso foi dito, mas tudo isso está dentro de uma necessidade, em que também estamos trabalhando, de aprimorar a cultura das forças de segurança, no sentido do respeito dos direitos das pessoas, principalmente aos cidadãos, com atuação dentro das normas.”

Em Anápolis, chegou a ser estabelecido pela justiça o uso de câmeras nas fardas dos agentes, após provocação da procuradoria local. No entanto, o Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) derrubou a decisão e o MP-GO não recorreu. Segundo Terra, a procuradoria-geral não agiu porque, na avaliação jurídica de sua assessoria, ainda não havia como reverter.

O procurador também reforçou acreditar que os presídios goianos “melhoraram”, mesmo com a cobrança do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). “O sistema carcerário em Goiás evoluiu muito, isso nós precisamos reconhecer. Ainda tem falhas, mas em relação ao que vivíamos uma década atrás, houve uma organização muito melhor do controle do sistema penitenciário por parte do Estado”, disse.

Defrontado com ações contra a constitucionalidade de leis goianas, que não foram provocadas pelo MP-GO, Terra negou que há inércia do órgão diante de medidas questionáveis tomadas pelo governo de Goiás. Dois exemplos são a lei que oferece exame para mulher ouvir batimentos do feto antes de um aborto legal e as normas que permitiu aos órgãos furar o teto constitucional, todas alvo de questionamentos judiciais por outras instâncias que não foram a Procuradoria-Geral de Justiça goiana.

Terra afirma que o MP-GO tem um procedimento padrão de pedir informações antes de ingressar com uma ação quando é provocado. “Até porque existe uma presunção de constitucionalidade”, disse. O procurador citou que há casos em que é mais conveniente que o questionamento seja feito em âmbito federal. O procurador também negou que a “parceria”, palavra utilizada pelo governador Ronaldo Caiado (UB), com outros poderes do Estado esteja sendo em benefício de interesses dos outros órgãos. “Toda interação institucional, baseada na autonomia e na independência é benéfica para a sociedade”, disse. Segundo ele, o MP-GO nunca foi tão independente.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 21.02.2024 – PÁG. A2

Governo precisa rever políticas ineficientes

Avaliação de programas e qualidade do gasto devem ter mais visibilidade; Orçamento não pode se basear só em mais receita



Já com grande atraso, o governo brasileiro começou a institucionalizar a avaliação técnica de políticas públicas no segundo mandato de Dilma Rousseff (PT), quando se tentava de modo atabalhado conter o rombo orçamentário gestado nos anos anteriores. Hoje, procedimentos do gênero já se valem de maior experiência e estrutura na administração federal. As conclusões e recomendações acerca de programas mal desenhados e despesas pouco eficientes, no entanto, mal saem das gavetas da Esplanada brasiliense.

O Ministério do Planejamento tem uma secretaria dedicada ao tema. Há um Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), formado por representantes de pastas econômicas, da Casa Civil e da Controladoria-Geral da União (CGU). Com a equipe qualificada reunida pela ministra Simone Tebet, criou-se a expectativa de que medidas mais efetivas seriam tomadas nessa seara —ou, ao menos, que o debate sobre a qualidade do gasto público teria maior visibilidade. Até aqui, isso não ocorreu, como observou a jornalista Adriana Fernandes, em coluna nesta Folha.

Ainda que tenha se rendido ao imperativo de ao menos reduzir o ritmo de expansão da dívida pública, o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) permanece avesso a qualquer revisão de gastos —daí o esforço inglório de centrar todo o ajuste orçamentário na elevação de uma carga tributária já excessiva. O tabu, diga-se, não é exclusividade da gestão petista. Num exemplo célebre, Jair Bolsonaro (PL) recusou proposta de sua

equipe econômica de cortar em programas pouco eficientes, como o Abono Salarial, para viabilizar a ampliação do Bolsa Família. O então mandatário argumentou que não poderia tirar de pobres para dar a paupérrimos.

Com abordagens demagógicas e voluntaristas assim, políticas de baixo impacto ou mesmo contraproducentes —da Zona Franca de Manaus a subsídios do BNDES, do Simples ao ensino superior gratuito— se perpetuam, engessam o Orçamento e elevam a dívida pública, cujos encargos sacrificarão sobretudo os mais pobres.

É positivo, pois, que a equipe do Planejamento estude um plano formal de revisão de gastos, a ser incorporado ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025, como noticiou este jornal. Entretanto as pressões do PT e da ala política do governo contra as modestas regras de controle da despesa hoje em vigor, ainda mais em ano eleitoral, não autorizam maior otimismo.

Celso Amorim está certo

A declaração de Lula provocou um desastre

Mariliz Pereira Jorge

O ex-chanceler Celso Amorim, principal conselheiro de Lula para assuntos diplomáticos, diz que a fala do presidente "sacudiu o mundo" e que "pode resolver a questão que a frieza dos interesses políticos foi incapaz de solucionar". Cedo para dizer se o tremor foi além do eixo Brasil-Israel, onde deve ter atingido uns 7 graus na escala que mede tais desastres.

Foi o que a declaração de Lula provocou, um desastre. Por aqui, serviu apenas para sedimentar a polarização, desviou as manchetes e o debate que deveria estar focado na audiência que aguarda Jair Bolsonaro para esclarecimentos sobre sua participação em uma trama golpista. Mas não ousa discordar de Amorim sobre as consequências do que foi dito por Lula. Vai que, não é mesmo? Ainda que o presidente ignore o que é genocídio, a devastação causada por uma dezena de outras guerras recentes pelo mundo e, pior, o que foi o Holocausto e como ele não tem nada a ver com o que acontece em Gaza. Vai que.

Às vezes, tudo o que uma guerra precisa é de uma fala improvisada que gere uma crise. Nem tudo se resolve com diplomacia. Taí o Hamas que não deixa dúvidas. De grupo terrorista a lutadores pela liberdade. Por que tentar um acordo quando pode provocar uma guerra e posar de mocinho? O mais eficiente banho de loja por meio de um banho de sangue já visto na história. Uma aula de marketing disruptivo.

Por isso não dá para discordar de Celso Amorim. Em março de 2023, escreveu que "o Hamas pode desempenhar um papel central na restauração dos direitos palestinos", no prefácio do livro "Engajando o Mundo. Ele estava certo. Passados poucos dias da chacina no sul de Israel, o Hamas passou a ser tratado



como mal necessário. Em seguida, ora foi dissociado do terror, ora exaltado. Enquanto se discute se há paralelo entre Gaza e o Holocausto – spoiler: não há, o Hamas celebra e ainda manda os parabéns a Lula.

Princípios constitucionais são como regras para uma corrida a pé

A esquerda acha que devemos cruzar a linha de chegada juntos, de braços dados

Deirdre Nansen McCloskey



Pense numa Constituição, durante um momento, como as regras para uma corrida a pé, boas ou ruins. Os liberais, segundo todas as definições, concordaram desde o século 18 que regras como "os reis sempre vencem" ou "as mulheres sempre perdem" devem ser substituídas por regras justas, como igualdade para todos. "Igualdade" é a palavra-chave, embora não a antiga igualdade de opressão sob nossos superiores.

E assim novas regras para a corrida da vida foram ordenadas desde que o liberalismo foi amplamente articulado pela primeira vez. A esquerda política moderna desde Jean-Jacques Rousseau, às vezes chamando-se de liberal, prometeu para a corrida da vida uma regra de igualdade de resultado. Devemos cruzar a linha de chegada juntos, de braços dados. É uma visão adorável, própria para uma família ou um grupo de amigos amorosos. Mas as tentativas de se aplicar uma igualdade de resultados a grupos maiores geralmente falham do ponto de vista econômico e depois do político. As pessoas querem viajar de graça.

O centro político moderno, desde John Stuart Mill, reconhecendo isso, recomenda uma regra na corrida da vida de igualdade de oportunidades, a mesma linha de partida. Depois é corrida, mas prudência e justiça foram observadas. Maravilha. Nenhuma Cinderela é deixada para trás enquanto suas irmãs correm pela mão do príncipe. Mais uma vez, deveria funcionar, e geralmente funciona, para pequenos grupos, como famílias.

Mas o liberalismo moderno de qualquer tipo pretende ser eticamente cosmopolita. Sob a ambição da igualdade de oportunidades, uma criança nascida no Sudão do Sul é, evidentemente, avaliada igualmente a uma criança nascida em São Paulo. O nacionalismo viola a ética cosmopolita. Mas nenhuma compensação, exceto a emigração imediata para São Paulo, pode colocar a criança sudanesa em qualquer ponto próximo da linha de partida da criança brasileira.

Um liberalismo mais verdadeiro, portanto, deveria prometer na corrida da vida somente uma igualdade de permissão. Onde quer que você comece, terá uma chance, como dizem os britânicos esportivos. E o mundo teve uma chance. Aplicado de modo geral, o verdadeiro liberalismo teve os resultados mais gratificantes. A renda real mundial por pessoa aumentou de 1776 até hoje incríveis 3.000%, decididamente fraudando as previsões malthusianas. Os poderosos coagirem os impotentes foi cada vez mais reconhecido como maligno até pelos poderosos, mesmo que de modo insincero. Vamos valorizar isso.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 21.02.2024 – PÁG. A3

Fracasso moral do mundo em Gaza deveria envergonhar a todos

Chanceleres do G20, usem vosso poder para salvar civis da vala comum

Martin Griffiths

No momento em que o G20 se reúne no Brasil nesta semana, o número relatado de mortes nas hostilidades na Faixa de Gaza está se aproximando da marca dos 30 mil. Espero que tal fato dê motivos para que os chanceleres reunidos no Rio de Janeiro reflitam sobre o que seus países fizeram ou não fizeram para parar essa situação.



Dizer que a guerra em Gaza é cruel e constitui um exemplo de fracasso humanitário absoluto não é novidade. Não há necessidade de reafirmar o óbvio. Em vez disso, permitam-me que, em nome dos meus colegas humanitários, faça um alerta não só para o dia de hoje mas também para o que receio que acontecerá amanhã.

O que tem ocorrido em Gaza nos últimos 137 dias é incomparável na sua intensidade, brutalidade e alcance. Dezenas de milhares de pessoas mortas, feridas ou enterradas sob os escombros. Bairros inteiros arrasados. Centenas de milhares de pessoas deslocadas, vivendo nas condições mais precárias, que foram agravadas com a chegada do inverno. Meio milhão de pessoas à beira da fome e sem acesso às necessidades mais elementares: alimentos, água, cuidados de saúde, latrinas. Uma população inteira está sendo destituída da sua humanidade.

As atrocidades que assolam o povo de Gaza —e a tragédia humanitária que estão suportando— estão à vista do mundo, documentadas por corajosos jornalistas palestinos, muitos dos quais foram mortos enquanto o faziam. Ninguém pode fingir que não sabe o que está acontecendo. Ninguém pode fingir também que não sabe que as agências humanitárias estão fazendo o seu melhor: Cerca de 160 dos nossos colegas foram mortos, mas as nossas equipes continuam a distribuir alimentos, material médico e água potável. Estamos fazendo tudo o que podemos, apesar dos riscos de segurança, do colapso da lei e da ordem, das restrições de acesso e das tragédias pessoais. Apesar do corte de financiamento da maior organização da ONU em Gaza. E apesar das tentativas deliberadas de nos desacreditar.

A comunidade humanitária que represento acaba de publicar um plano que descreve o que precisamos para aumentar o fluxo e a distribuição de ajuda em Gaza. Nenhum dos pontos do plano é irracional: garantias de segurança; melhoria do sistema de notificação humanitária para reduzir os riscos; equipamento de telecomunicações; remoção de munições não detonadas; utilização de todos os pontos de entrada possíveis. Mas embora eu tenha dito muitas vezes que a esperança é a moeda do profissional de ajuda humanitária, tenho pouca esperança de que as autoridades nos forneçam o que precisamos para atuar. Quero muito que me provem que estou errado.

Sabemos, sem sombra de dúvida, que as agências humanitárias serão responsabilizadas —já estamos sendo responsabilizados— pela falta de ajuda em Gaza, apesar da coragem, do empenho e do sacrifício de todas as nossas equipes no terreno. Mas não nos enganemos: as privações impostas à população de Gaza têm sido tão severas que nenhuma quantidade de ajuda humanitária é suficiente. Os obstáculos que estamos enfrentando a cada passo são tão grandes que só podemos fornecer o mínimo necessário.

Os ataques de 7 de outubro contra Israel são abomináveis —condenei-os repetidamente e continuarei a fazê-lo. Mas não podem justificar o que está acontecendo com todas as crianças, mulheres e homens em Gaza. Por isso, a minha mensagem aos chanceleres do G20 nesta semana é clara: temos implorado a Israel, enquanto potência ocupante em Gaza, que facilite a entrega de ajuda —com pouco ou nenhum sucesso. Temos apelado à libertação imediata e incondicional de todos os reféns, com pouco ou nenhum resultado.

Temos instado as partes a cumprirem as suas obrigações de acordo com o direito internacional humanitário e de direitos humanos, com pouco ou nenhum resultado. Temos exortado os países que deixaram de financiar a Agência da ONU de Assistência aos Refugiados Palestinos (UNRWA) a reverterem a sua decisão —com pouco ou nenhum resultado.

Hoje, imploramos a vocês, membros do G20, que usem a liderança e influência política para ajudar a pôr fim a esta guerra e salvar a população de Gaza. Vocês têm o poder de fazer a diferença. Usem-no. O silêncio e a falta de ação de vocês só contribuirão para que mais mulheres e crianças sejam jogadas nas valas comuns de Gaza. As agências humanitárias estão fazendo tudo o que podem. E vocês, o que estão fazendo?

México e Brasil: parceiros indispensáveis para um futuro mais justo

Amigos fraternos, travamos desafios comuns, como reduzir as desigualdades

Alicia Bárcena

"Artigo I - Fica decretado que agora vale a verdade, que agora vale a vida, e que de mãos dadas, trabalharemos todos pela vida verdadeira." *Thiago de Mello (1926-2022)*



Na minha primeira viagem ao Brasil como chanceler do México, participarei das atividades convocadas pela presidência brasileira do G20. Os nossos países encontram sinergias para avançar na agenda internacional, incluindo os esforços para alcançar o desenvolvimento sustentável e no combate à fome, à pobreza e à desigualdade.

Em nossa história comum, aqueles que temem a plena emancipação da nossa América Latina procuraram confrontar o México e o Brasil numa disputa geopolítica latino-americana. Eles se enganam. O caminho para a integração da região não se entende sem os laços de amizade entre os dois países líderes em termos de economia, população,

biodiversidade e importância internacional.

Diante daqueles que atizam competições insanas, abraçamo-nos num abraço fraterno. O Ano Dual "Presença do México no Brasil e do Brasil no México" promove uma maior aproximação e sinergias nos âmbitos vitais da nossa relação bilateral e ação externa. Dessa forma alcançaremos mais rápido os objetivos de igualdade, bem-estar social e harmonia para os nossos povos, gerando uma força integradora positiva na e para a região.

O México e o Brasil têm muito a contribuir nessas áreas: esse é o assunto principal dos presidentes Andrés Manuel López Obrador e Luiz Inácio Lula da Silva. Com esse intuito, ambas as nações desenvolveram modelos próprios e colheram resultados frutíferos. A nossa aspiração comum é apontar essas conquistas através da cooperação e corresponsabilidade de parceiros extrarregionais, como tem sido a legítima demanda da América Latina e do Caribe há décadas.

Chego emocionada a este Brasil, onde há 100 anos o ministro da Educação Pública, José Vasconcelos, entregou o primeiro presente a uma nação do nosso continente, a estátua de Cuauhtémoc, que ainda está erguida no Rio de Janeiro. Segundo ele: "A [estátua] do herói que está mais perto do coração mexicano... Um herói sublime porque preferiu sucumbir a submeter-se, e porque sua memória incomodará eternamente aqueles que têm o hábito de bajular os fortes".

Abordarei com meu amigo, o chanceler Mauro Vieira, tarefas compartilhadas sobre temas de cultura, educação, bilinguismo, comércio e investimentos sustentáveis em setores prioritários e com impacto social, mobilidade de pessoas, multilateralismo, integração regional e igualdade de gênero. O caminho não é improvisado: é o percurso que transitamos por acordo mútuo e no qual alcançaremos novos patamares.

O México reconhece no Brasil o amigo fraterno, o irmão latino-americano que enfrenta desafios comuns. O povo que, como o nosso, faz do combate à desigualdade sua principal batalha, que compromete sua importância internacional na construção de bens públicos globais, que abre espaço para a voz do Sul cuja importância é requerida. Em todos esses esforços somos parceiros, mas essa palavra não consegue descrever a natureza do nosso vínculo. Brasileiros e mexicanos somos e sempre seremos compatriotas.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 21.02.2024 – PÁG. A4

Crise Lula-Israel municia bolsonaristas, mas líderes do Congresso descartam avanço de impeachment

Pedido com mais de 100 assinaturas será o 18º liderado por oposição desde 2023; declarações de aliados do Legislativo geram desgaste

Ranier Bragon / Victoria Azevedo

A crise Lula-Israel deu munição à oposição e mobilizou aliados de Jair Bolsonaro (PL) para um novo pedido de impeachment contra o presidente, mas líderes de bancadas no Congresso Nacional afirmam ser zero a chance de a ofensiva prosperar. Lula comparou a ofensiva de Israel em Gaza ao extermínio de judeus promovido por Adolf Hitler durante a Segunda Guerra Mundial. Bolsonaristas da Câmara,





CLIPPING

DATA

21.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

10 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

em especial a bancada do PL, prometem protocolar nesta semana, com a assinatura de mais de cem deputados, o 18º pedido de impeachment de Lula desde 2023, o segundo relativo ao caso de Israel.

O petista enfrenta também desgaste com declarações de aliados do Legislativo sobre sua fala. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), cobrou nesta terça-feira (20) uma retratação de Lula. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), afirmou que o mandatário "passou do ponto" ao comparar a situação de palestinos na Faixa de Gaza à de judeus durante o Holocausto, embora tenha demonstrado "a indignação de um humanista".

Os pedidos anteriores de impeachment feitos pela oposição, alguns deles formalizados em grupo pelos deputados, englobam uma série de episódios, que, na argumentação dos parlamentares ligados a Bolsonaro, mereceriam a destituição do presidente. O primeiro deles foi apresentado com apenas 26 dias de mandato de Lula.

Entre os motivos elencados nas peças, há uma suposta omissão de Lula nos ataques bolsonaristas de 8 de janeiro de 2023, a recepção ao ditador Nicolás Maduro em maio do ano passado, a revogação dos decretos de armas de Bolsonaro, a indicação de Cristiano Zanin ao Supremo Tribunal Federal e uma entrevista em que Lula fala que, nos tempos em que estava preso, queria "foder" o então juiz Sergio Moro. Na segunda-feira (19), integrantes do PL já protocolaram um pedido de impeachment contra Lula sobre o caso Israel, de acordo com a Câmara, que informou como autores apenas o nome do deputado André Fernandes (PL-CE) "e outros".

Na tarde desta terça, um grupo de parlamentares do PL e da oposição ao governo concedeu entrevista coletiva à imprensa na Câmara dos Deputados sobre o pedido encabeçado pela deputada Carla Zambelli (PL-SP). "Esse pedido não é ideológico, ele é um pedido de um crime de responsabilidade que aconteceu de fato e temos a responsabilidade de responder à altura", disse. Segundo ela, a iniciativa tem apoio de 122 parlamentares até o momento. Zambelli afirmou que mais deputados deveriam assinar o pedido nesta terça e que, por isso, ele deverá ser protocolado nesta quarta (21).

Líder da oposição na Câmara, Carlos Jordy (PL-SP) pressionou o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). "A maior resposta virá quando houver a sensibilidade do presidente Arthur Lira de perceber que é a hora de dar prosseguimento a esse processo de impeachment contra esse cidadão criminoso que envergonhou o país." Cabe a Lira analisar esses pedidos e decidir se dá sequência a eles ou não. Até agora, ele arquivou dois deles, apresentados pelos deputados bolsonaristas Sanderson (PL-RS) e Evair Melo (PP-ES) em janeiro de 2023. Ambos pediam a destituição do presidente por ele ter dito, em visita à Argentina, que o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 havia sido um golpe de Estado.

O resto segue "em análise", que é o provável destino dos pedidos apresentados em relação ao caso de Israel, de acordo com os parlamentares ouvidos. Lira não tem prazo para analisar esses pedidos, que podem ficar em sua gaveta por tempo indeterminado. Em caso de arquivamento da solicitação, pode haver recurso ao plenário. Na hipótese de avanço, o mérito da denúncia deve ser analisado por uma comissão especial e depois pelo plenário da Câmara. São necessários os votos de pelo menos 342 dos 513 deputados para autorizar o Senado a abrir um processo de impeachment.



CLIPPING

DATA
21.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
11 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

No domingo (18), Lula comparou as mortes na Faixa de Gaza ao Holocausto e criou uma grave crise diplomática com Israel. "O que está acontecendo na Faixa de Gaza com o povo palestino, não existe em nenhum outro momento histórico. Aliás, existiu quando Hitler resolveu matar os judeus", afirmou o presidente no final de sua viagem à Etiópia. Durante sessão no Senado, Pacheco disse estar certo de que "essa fala equivocada não representa o verdadeiro propósito do presidente Lula, que é um líder global conhecido por estabelecer diálogos e pontes entre as nações". Em seguida, afirmou que "uma retratação dessa fala seria adequada, pois o foco das lideranças mundiais deve estar na resolução do conflito entre Israel e Palestina".

Segundo os parlamentares ouvidos, o pedido de impeachment é, por ora, um assunto restrito apenas ao círculo de deputados bolsonaristas mais radicais, que se concentram no PL de Bolsonaro. Há no partido desde integrantes do governo anterior, como o General Pazuella (RJ), Mario Frias (PL-SP) e Marcelo Álvaro Antônio (PL-MG), a pessoas diretamente ligadas ao ex-presidente, como Eduardo Bolsonaro (PL-SP), seu filho, e Helio Lopes (PL-RJ), amigo de longa data. Mesmo no partido, a movimentação não é unânime, já que o grupo mais antigo, que integra o centrão, quase nunca acompanha as ações dos bolsonaristas e, em alguns casos, até vota a favor do governo.

Próximo do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e coordenador da bancada federal de São Paulo, o deputado federal Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP) afirmou que não vai apoiar o pedido de impeachment, apesar de expressar "solidariedade ao povo judeu". "Mantenho a convicção de que a democracia deve ser preservada. Durante todos os mandatos que exerci, nunca votei a favor de qualquer ato de impedimento de um cidadão eleito democraticamente. Reitero minha crença inabalável na soberania do voto popular. Quem o povo elegeu, não é incumbência do Parlamento destituir", afirmou ele, que foi ministro dos Transportes no governo Dilma Rousseff (PT) e suplente de Marta Suplicy (PT) no Senado.

Dos 96 deputados do PL, 28 não assinaram o pedido, de acordo com lista divulgada pela deputada Carla Zambelli. Ela já havia apresentado um pedido de impeachment contra Lula em fevereiro de 2023. Na ocasião o motivo apresentado por ela e pelo deputado Coronel Meira (PL-PE) era a compra pelo governo de móveis de luxo, sem licitação, para o Palácio do Planalto.

Há também na lista de Zambelli 28 parlamentares de legenda que apoiam formalmente o governo —PP, PSD, Republicanos, MDB e União Brasil. Também aí a totalidade é de deputados que já votam normalmente contra o governo ou são abertamente críticos a ele, como o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, Pedro Lupion (PP-PR), Kim Kataguirí (União Brasil-SP), pré-candidato à Prefeitura de São Paulo, e Rosângela Moro (União Brasil-SP), mulher do senador Sergio Moro (União Brasil-PR).

Os três parlamentares do MDB na lista de Zambelli, por exemplo, são o ex-ministro de Bolsonaro Osmar Terra (RS), além de Delegado Palumbo (SP) e Thiago Flores (RO), os dois últimos também bolsonaristas declarados. Apesar de ter ampla maioria formal de apoio, Lula vive uma relação de turbulências com o centrão, controlado por Lira, que por ora tem concentrado esforços na briga por emendas parlamentares e dinheiro extra da Saúde. Como a Folha mostrou, a pasta privilegiou aliados na liberação de verba, causando irritação no centrão.

Apesar dessa relação tensa, nunca a questão impeachment entrou no radar de negociações entre Palácio do Planalto e governo, até porque, como repetem políticos mais experientes, é preciso uma combinação de

fatores por ora inexistente para que haja ambiente de discussão sobre destituição de um presidente. São eles grave crise econômica, pressão popular nas ruas, desaprovação acentuada do governo e falta de uma base de apoio mínima no Congresso — bastam 172 dos 513 deputados para barrar a abertura do processo de impeachment caso a tramitação seja liberada pelo presidente da Câmara, passe por comissão especial e vá a plenário, por exemplo.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 21.02.2024 – PÁG. A12

Barroso anuncia projeto para criação de cadastro único de precatórios no CNJ

Segundo o ministro, o sistema vai permitir o acompanhamento da dívida por toda a sociedade, com critérios automatizados

Constança Rezende



O presidente do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Luís Roberto Barroso, anunciou, nesta terça-feira (20), um projeto para criação de um cadastro único de precatórios. Segundo Barroso, o banco nacional de precatórios vai permitir o acompanhamento da dívida por toda a sociedade, com critérios automatizados de atualização para fins de pagamento.

O projeto também inclui uma pesquisa para identificar as causas do excesso de litigiosidade em relação ao poder público e tentar encontrar soluções para o problema. A ideia, de acordo com o

ministro, é solucionar os precatórios atrasados "que geraram um mercado paralelo indesejável para a Justiça". "Os precatórios custam ao país cerca de R\$ 100 bilhões ao ano. Em nenhum outro país do mundo existe esse nível de litigiosidade contra o poder público", afirmou o ministro. Barroso acrescentou que o sistema não tem funcionado bem, principalmente nos estados, que estão em atraso com os precatórios, e que o país não tem o levantamento dessa dívida.

"O Judiciário é uma instância patológica da vida, porque só existe judicialização quando há briga. Portanto, o grande papel do Estado, em geral, é evitar que a briga aconteça", disse. Quando o poder público é condenado, ele paga por meio do mecanismo, que inclui no Orçamento do ano seguinte o valor que tem de ser pago a quem ganhou o litígio. Na mesma sessão, Barroso anunciou que o CNJ fará uma portaria que pretende extinguir todas as execuções fiscais de até R\$ 10 mil que estejam paradas há mais de um ano, sem indicação de bens do devedor que possam satisfazer a dívida (penhora).

Segundo Barroso, o valor representa cerca de 52% das execuções fiscais no Brasil. Além disso, as ações de cobranças representam 34% dos 80 milhões de processos da Justiça brasileira. Execuções fiscais são ações em que o poder público cobra tributos que não foram pagos. "Temos a expectativa de extinguir alguns



CLIPPING

DATA

21.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

13 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

milhões de processos com esta medida. Essas fazem ações fazendo estatística negativa para o Judiciário, sem trazer nenhum proveito para a sociedade", disse, acrescentando que não há expectativa de que estes valores sejam arrecadados, o que justifica a sua extinção.

Barroso também disse que irá instituir a necessidade do protesto do título da dívida antes do ajuizamento da execução fiscal. Ele afirmou que o departamento de economia do Supremo detectou que as execuções fiscais arrecadam menos de 2% do que pretendem arrecadar, mas o protesto prévio de títulos arrecada mais de 20%. "Esta é uma fórmula menos onerosa para a sociedade do que a judicialização. No normal dos casos, se não conseguir receber um protesto, nem adianta ajuizar a execução. Nós precisamos diminuir esse volume de processos para que os juízes possam se dedicar aos processos que verdadeiramente vão trazer benefícios para a sociedade", declarou.

Barroso também anunciou que as grandes e médias empresas do país terão 90 dias, a partir de 1º de março, para se cadastrarem voluntariamente no Domicílio Judicial Eletrônico. A ferramenta vai consolidar o domicílio judicial eletrônico de todas as pessoas jurídicas. Elas devem comunicar no portal o endereço eletrônico em que vão receber as citações e intimações. O objetivo é que todas as comunicações de processos dos tribunais brasileiros sejam feitas às partes por meio deste portal.

Após 30 de maio, o cadastro será feito de forma compulsória, a partir de dados da Receita Federal, porém, sujeito a penalidades e riscos de perda de prazos processuais. O ministro disse que é importante que todos os tribunais estejam integrados ao sistema e que a medida vai simplificar "imensamente" o funcionamento da Justiça. Ele acrescentou que o passo seguinte será estender o serviço às pessoas físicas. Além disso, ele afirmou que criará um grupo de trabalho para investigar as causas da litigância trabalhista no Brasil que, segundo ele, são muitas.

O ministro citou, como exemplo, empresários que não cumprem a legislação, a indústria de reclamações trabalhistas, e a legislação complicada. Ele lembrou que, como advogado, assessorou um cliente importante numa instituição que lhe dizia que, apesar de cumprir toda a legislação e contratar os melhores advogados e assessoria, tinha milhares de reclamações trabalhistas. "Num país em que um empresário sério, que procura cumprir a legislação, não consegue evitar a litigiosidade, há algum problema. Nós precisamos identificá-lo, porque a litigiosidade não é a forma normal de se viver a vida, é de você evitar os litígios", disse. Barroso explicou que ainda não há prazo de conclusão deste trabalho e que está formatando a composição do grupo para que ele seja representativo, com empresários, empregados, juízes e advogados trabalhistas.

JORNAL – O HOJE – 21.02.2024 – PÁG. 10

FGV e CNJ firmam acordo para incluir negros e indígenas na magistratura

Manoel L. Bezerra Rocha

Firmado acordo entre a Fundação Getulio Vargas e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que visa permitir que mais pessoas negras e indígenas concorram à carreira da magistratura no Brasil. O acordo foi assinado durante a cerimônia de abertura do Ano Judiciário do CNJ. A FGV vai credenciar e gerenciar os recursos para o programa de bolsas de estudo para candidatos negros e indígenas e pessoas com deficiência (PcD) à magistratura. Também foi assinada parceria com a Associação de Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris) e com a Escola Superior da Magistratura do RS, que fornecerá bolsas de estudos aos candidatos negros.



A parceria institucional é parte de uma ação estratégica prioritária liderada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e CNJ, ministro Luís Roberto Barroso, que busca eliminar as barreiras ao exercício, em igualdade de condições, dos direitos de cidadania por todas as pessoas. “Maior inclusão e maior diversidade na magistratura fortalecem a carreira e aumentam a representação da sociedade, o que é benéfico para todos”, disse Barroso, durante a cerimônia de assinatura do acordo. “Renovam-se as esperanças. Esse acordo possui caráter histórico para combater as desigualdades no Judiciário e, com certeza, impactará na aceleração da mudança em relação as desigualdades provocadas por exclusão, não acesso ou discriminação. Estamos honrados em poder fazer parte desse programa”, afirmou a coordenadora do Comitê de Diversidade e pesquisadora do Núcleo de Justiça Racial e Direito da FGV, Alessandra Benedito.

Cooperação anticorrupção

O ministro da CGU, juntamente com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional de Cabo Verde, Rui Figueiredo Soares, formalizou a assinatura do memorando de entendimento com o Conselho de Prevenção da Corrupção de Cabo Verde. O acordo estabelece as bases para futuras ações conjuntas voltadas para a promoção da integridade, transparência e combate à corrupção, com foco na construção de um ambiente global socialmente justo e economicamente sustentável. Na ocasião, o ministro enfatizou a importância da colaboração mútua para combater a corrupção.

Sem uso de animais

O Projeto de Lei 6164/23 cria incentivos para uso da biotecnologia em substituição a animais em pesquisas científicas, principalmente em testes de medicamentos e vacinas. A biotecnologia utiliza células vivas para produzir e melhorar medicamentos, alimentos e outros produtos úteis para o ser humano. O projeto cria ainda o Comitê Nacional de Acompanhamento de Métodos Substitutivos (CNAMS), responsável por

monitorar e avaliar o desenvolvimento de métodos alternativos, promovendo a transparência e a ética nas pesquisas.

Ministro determina exclusão de diálogos entre advogado e investigados em inquérito



O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a exclusão das transcrições de conversas mantidas entre advogado e um dos investigados dos autos do inquérito que apura ofensas e agressões contra o ministro Alexandre de Moraes e sua família. Na decisão tomada no Inquérito (INQ) 4940, o ministro atendeu a pedido da defesa dos investigados e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Toffoli avaliou que as comunicações travadas entre o advogado e seu cliente se encontram no âmbito do exercício do direito de defesa. Ele lembrou que, de acordo com a jurisprudência do Supremo, é inviolável o sigilo entre o advogado e seu cliente, salvo quando revelarem indícios de prática criminosa, o que, a seu ver, não se constata nos autos. O ministro também decretou o sigilo provisório dos autos até que sejam excluídas as transcrições de diálogos e os prints de imagens relacionada às comunicações com a defesa.

Ministro Flávio Dino despede-se do Senado para assumir vaga de ministro no STF

O senador Flávio Dino fez discurso de despedida no Senado para assumir vaga como ministro do STF. Dino disse no Plenário “esperem de mim imparcialidade, isenção, fiel cumprimento da Constituição e da lei. Nunca esperem de mim prevaricação. Agirei no STF com respeito ao princípio da presunção de inocência”. Boa sorte, ministro!

TV Justiça

No programa Saber Direito da TV Justiça desta semana, o promotor de Justiça Militar e professor Cícero Robson Coimbra Neves apresenta um curso sobre Direito Penal Militar.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 21.02.2024 – PÁG. POLÍTICA

Torres quer falar; Bolsonaro, não

Oitivas dos dois sobre a tentativa de golpe de Estado estão marcadas para amanhã. Expectativa é que ex-ministro colabore com a PF

Renato Souza

Investigadores da Polícia Federal avaliam que o ex-ministro da Justiça, Anderson Torres, deve fornecer elementos importantes para o curso das diligências sobre a tentativa de golpe de Estado que culminou nos atentados de 8 de janeiro do ano passado, em Brasília. Torres tem dito a pessoas próximas que vai colaborar com as autoridades e responder a todas as perguntas que forem feitas a ele, amanhã, na oitiva simultânea dos acusados de envolvimento com o caso. Além do ex-ministro, também vai depor, no mesmo horário, o ex-presidente Jair Bolsonaro e militares acusados de participação na trama golpista.



De acordo com informações obtidas pelo Correio, Anderson Torres pretende fornecer novas informações sobre o envolvimento de Bolsonaro no caso, tendo em vista que a delação do tenente-coronel Mauro Cid — ex-ajudante de ordens do ex-presidente — forneceu, por meio de delação, evidências e detalhes de reuniões que ocorreram para manter Bolsonaro no poder. Além disso, Mauro Cid apresentou documentos e relatou encontros que ocorreram para tentar colocar em prática a anulação do resultado das eleições de 2022.

Além disso, Torres — na época dos atentados ele era secretário de Segurança Pública do Distrito Federal — também teria detalhes sobre a atuação da cúpula da Polícia Militar da capital, inclusive de oficiais que ainda estão em liberdade, em relação ao 8 de janeiro. Uma das possibilidades que preocupam os investigadores é que militares da corporação policial tentem interferir no andamento das investigações no sentido de coagir outros acusados para que não revelem tudo o que sabem. A PF optou por realizar as oitivas simultaneamente, a fim de evitar que os suspeitos combinem os depoimentos.

Nas últimas semanas, cresceram os rumores de que integrantes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) poderiam firmar acordo de delação. Com isso, Anderson Torres é pressionado a informar o que sabe sobre a participação de Bolsonaro e outros a fim de que não seja responsabilizado por falhas e omissões relativas aos atos de 8 de janeiro. As diligências estão na fase final e, à medida que as investigações avançam, fecham as possibilidades de que a PF e o Ministério Público concordem com pedidos de delação dos envolvidos. Com o surgimento de mais provas, as delações se tornam dispensáveis, evitando, assim, o abatimento de pena dos envolvidos.



CLIPPING

DATA

21.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

17 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Direito ao silêncio

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) reiterou, ontem, que não vai responder aos questionamentos da PF no inquérito que apura a tentativa de golpe de Estado. A defesa informou ao delegado federal Fábio Alvarez Shor, que conduz a investigação, que o ex-presidente ficará em silêncio. Por isso, os advogados pediram que ele fosse dispensado de comparecer à PF.

“Uma vez que o peticionário fará uso do direito ao silêncio nos termos da presente manifestação, requer seja dispensado do comparecimento pessoal, conforme já discutido previamente com Vossa Excelência em outras oitivas, notadamente, em virtude de preocupações relacionadas à logística e à segurança”, diz a manifestação. A comunicação foi enviada ao delegado depois que o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou pedido para suspender o depoimento. A defesa havia requisitado que Bolsonaro só fosse ouvido depois de ter acesso às mensagens recuperadas pela PF nos celulares de seus aliados, apreendidos na investigação.

Moraes, por sua vez, alegou que os advogados já têm acesso integral aos autos e que apenas diligências em andamento e a delação do tenente-coronel Mauro Cid estão em sigilo. O ministro concluiu que não havia justificativa para o adiamento e cravou que não cabe ao ex-presidente, na condição de investigado, escolher data e horário do seu interrogatório.

Em nova manifestação, ontem, a defesa de Bolsonaro insiste em ter acesso aos diálogos e afirma que o ministro Alexandre de Moraes não demonstrou “concretamente” por que a investigação pode ser prejudicada se o ex-presidente estiver a par das conversas. Outro argumento é que os advogados só tiveram acesso aos autos ontem, e não teriam tempo hábil para preparar a defesa.

Jóias árabes

O Partido Progressista (PP) entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar anular a investigação do caso das jóias árabes, que atinge o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O partido sustenta que o inquérito não poderia ter sido aberto por iniciativa do ministro Alexandre de Moraes sem uma posição anterior da Procuradoria-Geral da República (PGR). Também alega que Moraes não é imparcial e que o caso deveria tramitar na primeira instância.

“Cidadãos estão sendo submetidos à infundada e ilegítima investigação travestida de ‘Petição’ violadora de inúmeros princípios constitucionais e indevidamente conduzida por órgão incompetente e por relator/julgador desprovido de imparcialidade, o que lhes ocasiona diuturnamente prejuízos irreparáveis”, diz um trecho da ação. O PP pede que a investigação seja suspensa em caráter liminar até o STF julgar os argumentos apresentados pelo partido.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 21.02.2024 – PÁG. ECONOMIA

Pauta econômica permanece travada

O presidente Lula reuniu ontem a equipe de articulação política para discutir projetos prioritários para o governo.

Ândrea Malcher / Rafaela Gonçalves / Vitória Torres



Depois da pausa do carnaval, o Congresso Nacional retomou nesta semana a rotina de votações, tendo a articulação com o governo em torno da pauta econômica como prioridade. O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, informou ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai se reunir ainda esta semana com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Na pauta, estão a desoneração da folha de pagamento e mudanças no programa voltado para a retomada do setor de eventos.

Padilha afirmou que o governo está disposto a “dar continuidade às negociações que já foram iniciadas” em torno da polêmica medida provisória que reintroduz a cobrança da contribuição previdenciária de 17 setores da economia. “Não está descartada a iniciativa de mandar um PL em regime de urgência com o conteúdo dessa discussão [reoneração]. No ano passado, já fizemos isso com relação a outras MPs. Não está descartada, muito pelo contrário, essa possibilidade”, admitiu Padilha, após reunião no Palácio do Planalto, para discutir a agenda do governo no Legislativo em 2024.

O tema é motivo de uma queda de braço entre o Executivo e o Congresso desde o fim do ano passado, quando Lula vetou integralmente o projeto que estendia a desoneração da folha de pagamento. O argumento era de que a União perdia R\$ 9 bilhões em arrecadação com o incentivo que não se justificava, já que a desoneração oferecida nos anos anteriores não havia resultado em maior geração de empregos.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou, em dezembro, a reoneração gradual com análise separada de cada setor. Por ter sido enviado em forma de MP, que tem aplicação imediata, ainda que precise de aprovação do Congresso em até 120 dias, a medida foi mal recebida por boa parte do parlamento. Ontem, Padilha mencionou que o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) também deve ser tratado no encontro com Pacheco, porque está gerando impactos negativos na economia. A descontinuação do programa, criado na pandemia para ajudar empresas prejudicadas pelo isolamento social, é um dos itens da MP. O encontro de alinhamento de Lula com o presidente do Senado, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e líderes de partidos da base governista deve acontecer amanhã.

Articulação



CLIPPING

DATA
21.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
19 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

As entidades ligadas aos setores que estão na política da desoneração pressionam o governo para recuar em relação ao tema e se queixam da falta de diálogo. Seus representantes cumprem agenda hoje no Congresso, em busca de uma solução definitiva para a pauta. Segundo o diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Valente Pimentel, o setor têxtil e de confecção foi o mais prejudicado, pois foram excluídos da medida provisória que altera as regras para pagamento de impostos sobre os salários. “Somos pioneiros no modelo de pagamento de contribuição previdenciária e fomos excluídos, sem nenhuma justificativa. Entendemos que uma solução estruturante para o país é fundamental, mas precisa estar vinculada à agenda de competitividade do país, geração de emprego e renda”, disse.

Pimentel destacou ainda que o setor têxtil está sendo duplamente afetado, com a isenção de até US\$ 50 em compras internacionais. “Não há por que reonerar setores que sofrem uma concorrência brutal do exterior, que não tem o mesmo regramento e os mesmos encargos que nós temos dentro do nosso país, como é o caso da indústria têxtil e de confecção”, afirmou. Na agenda de Haddad não consta encontro, nesta quarta, com entidades ou parlamentares para tratar da medida.

Reforma é prioridade

Como o ano legislativo será mais, por causa das eleições municipais, a polêmica precisa ser resolvida no 1º semestre. Depois, a agenda eleitoral vai tirar deputados e senadores de Brasília. As demais prioridades definidas pelo governo na corrida contra o tempo incluem a consolidação do orçamento público e a urgente regulamentação da reforma tributária. O ministro das Relações Institucionais confirmou que a ideia do governo é enviar os projetos de regulamentação até março, para cumprir o que determina a Emenda Constitucional da reforma. “Nossa previsão é que em março a gente já tenha uma proposta, que previamente vamos apresentar aos líderes da Câmara e do Senado e aos presidentes das duas Casas antes de encaminhar definitivamente para o Congresso”, disse Padilha.

Aprovada no fim do ano passado, a reforma precisa das leis complementares para regulamentá-la. Há pelo menos 71 dispositivos a serem analisados. Entre os pontos estão os itens da cesta básica que terão imposto zerado; o cashback para a conta de luz e o gás de cozinha; e o Imposto Seletivo sobre produtos nocivos à saúde ou ao meio ambiente. A reforma do imposto de renda para ampliar a faixa de isenção também deve ser destaque. A proposta foi uma das principais promessas de campanha do governo Lula e deve ser analisada pelo Congresso no âmbito da segunda fase da reforma.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 21.02.2024 – PÁG. OPINIÃO

Para salvar o país tropical

O Brasil da abundância de água potável, das florestas exuberantes, sem terremotos, furacões ou tufões está ficando, ou já ficou, para trás e o cenário futuro pode ser devastador se medidas urgentes não forem tomadas para salvar o “país tropical, abençoado por Deus” dos impactos das mudanças climáticas e da ganância humana.

Estudos recentes, que mostram a identificação da primeira região árida no país, trazem a perspectiva de a Amazônia chegar ao ponto de não retorno. Eventos climáticos, como ciclones e secas que quase puseram fim à perenidade de rios amazônicos, alertam para a necessidade urgente de se adotar ações para reverter esse quadro. Pagaremos um preço muito alto se não nos atentarmos para a gravidade do quadro.



Um estudo publicado na Nature e divulgado há uma semana mostra que quase metade dos 5,5 milhões de quilômetros quadrados da Floresta Amazônica pode conviver com fatores de degradação que a levariam a um ponto de não retorno — ou seja, sem mais possibilidade de recuperação — até 2050. A floresta que se formou ao longo de séculos pode estar parcialmente perdida em apenas 26 anos. Esse seria o ponto em que a morte acelerada da floresta provocaria mudanças no bioma e o colapso de extensas áreas. É preciso lembrar que a Amazônia Legal corresponde a 59% do território brasileiro e a 67% das florestas tropicais no mundo.

O impacto da destruição será global, com implicações na biodiversidade e na disponibilidade de recursos. Embora o desmatamento tenha recuado no último ano, com queda de 50%, a floresta sofre os efeitos de anos de cortes de árvores e garimpos ilegais. Nos últimos 30 anos a temperatura média da floresta aumentou 1°C, com efeito sobre a floresta e sobre o clima das regiões Centro-Oeste e Sudeste, abastecidas de chuva pela umidade da Região Amazônica. O resultado pode ser anos muito mais quentes e com secas prolongadas, afetando um dos maiores polos de produção de alimentos do país.

E não é apenas a floresta que sofre as consequências das mudanças climáticas. Um estudo do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) constata que uma área de 5,7 milhões de quilômetros quadrados no norte da Bahia é classificada com clima árido, o que deixa o local nas mesmas condições de um deserto. O levantamento considerou dados históricos entre 1960 e 2020, ou seja, não se trata de uma projeção, mas sim de uma comprovação. Enquanto a temperatura no mundo ficou 1,1°C mais alta entre 2011 e 2020 em relação ao período logo após a Revolução Industrial, no Brasil o aumento foi de 1,5°C, com algumas regiões chegando a 3°C.

De outro lado, uma medida que poderia aliviar a pressão sobre a floresta praticamente não saiu do papel. No ano passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu retomar o compromisso assumido no âmbito do Acordo de Paris, em 2015, de reflorestar 12 milhões de hectares de vegetação nativa. Desde 2016, o Brasil reflorestou apenas 79 mil hectares, ou apenas 0,65% da meta brasileira. Cálculos indicam que para

cobrir essa área seria necessário o plantio de 8 bilhões de árvores. É preciso que o país crie um sistema de reflorestamento para aliviar as pressões climáticas, mas é necessário que seja feito agora, sob pena de não termos mais tempo.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 21.02.2024 – PÁG. A8

Senado aprova projeto que restringe 'saidinha' de presos

Foram 62 votos a 2; texto volta para análise da Câmara dos Deputados

Julia Lindner e Caetano Tonet



O Senado aprovou por 62 votos a dois, o projeto de lei (PL) que restringe o benefício da saída temporária para presos condenados em feriados e datas comemorativas, a chamada "saidinha". Como foi alterado, o texto retorna à Câmara dos Deputados. Inicialmente, a proposta buscava acabar com as saídas temporárias por completo. O relator do texto, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), no entanto, cedeu e acatou uma emenda do senador Sergio Moro (União-PR) pela manutenção do benefício apenas para presos inscritos em cursos profissionalizantes ou nos ensinos Médio e Superior.

A “saidinha” vale para condenados que cumprem pena em regime semiaberto. Na legislação atual, os detentos podem sair até cinco vezes ao ano, sem vigilância direta, para visitar a família, estudar fora da cadeia ou participar de atividades que contribuam para a ressocialização. Entre os pré-requisitos, o preso também precisa ter cumprido pelo menos 1/6 da pena, se for réu primário; ter cumprido pelo menos 1/4 da pena, se for reincidente; e ter comportamento adequado dentro do presídio.

A nova proposta veta o benefício aos casos de crimes cometidos com violência ou grave ameaça. Já há previsão dessa restrição para crimes hediondos com resultado de morte. Apesar de ser vista com restrições, o Palácio do Planalto optou por não interferir no avanço da proposta, que é vista como uma vitória para os aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL). Em sinal disso, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), liberou a bancada e se absteve durante a votação.

“Eu entendi todas as razões [dos favoráveis ao projeto], essa matéria é apaixonante, eu fui governador por oito anos, sei de tudo que está acontecendo na segurança, porque fui governador e sei desse drama. E também não tem muito sentido eu fazer uma orientação que vai confrontar com todos os partidos da nossa base”, disse Wagner, acrescentando que a matéria melhorou após as alterações do Senado. Além disso, Wagner deixou claro que até o momento não há intenção por parte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de vetar a matéria, caso também seja aprovada pela Câmara.

Por fim, os únicos votos contrários à matéria foram dos senadores Cid Gomes (PDT-CE) e Rogério Carvalho (PT-SE). O líder do PT na Casa, Fabiano Contarato (ES), foi um dos principais defensores da proposta. Contarato, que é delegado de Polícia, argumentou que a lei brasileira permite uma progressão de pena significativa.

“Além da remissão de pena pelo trabalho, além da comutação de pena, além do livramento condicional, ainda tem direito à saída temporária de 35 dias. Ou seja, aquela pessoa que foi condenada há nove anos de cadeia vai ficar menos de três anos, ou dois anos cumprindo a pena efetivamente”, disse. Apesar de ter votado a favor, a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS) argumentou que acabar com a chamada “saidinha” não resolve o problema, pois falta estrutura no sistema prisional brasileiro. “Nós estamos discutindo aqui a famosa saidinha. Mas nesses Estados, nessas capitais, vocês sabem o que ocorre? A ‘saidona’. Por quê? Porque a maioria das grandes cidades do nosso país não tem uma estrutura de regime prisional semiaberto.”

A proposta foi aprovada pelo Senado em 2013. Nove anos depois, em 2022, o texto foi apensado a um novo projeto da Câmara e começou a sua tramitação. Como passou por modificações, a matéria será novamente analisada pelos deputados. O debate sobre o fim da saidinha ganhou força após a morte do sargento Roger Dias da Cunha, da Polícia Militar de Minas Gerais (PM-MG), em janeiro. Um dos suspeitos foi beneficiado pela saída temporária de Natal, mas não retornou. O relator incluiu que, caso sancionada, a lei seja chamada de “PM Sargento Dias”.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 21.02.2024 – PÁG. E1

Carf mantém cobranças de R\$ 9,18 bi da Petrobras

Companhia discute no conselho e no Judiciário ao menos mais nove autuações fiscais sobre o assunto

Beatriz Olivon

A 3ª Turma da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) manteve duas cobranças de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) recebidas pela Petrobras, que somam R\$ 9,18 bilhões. As autuações fiscais são referentes a remessas de valores ao exterior para pagamentos de afretamentos de embarcações (espécie de aluguel). A Petrobras discute no Carf e no Judiciário pelo menos mais nove autuações fiscais sobre o assunto. O valor total desses casos é de R\$ 45,4 bilhões, segundo a empresa indica em documento enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



No Carf, as decisões são desfavoráveis à empresa e a outras do setor que discutem os contratos de afretamento. Na Justiça, a Petrobras aponta que teve uma vitória em sentença da 1ª Vara Federal de



CLIPPING

DATA
21.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
23 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Execução Fiscal do Rio de Janeiro. É aguardado o julgamento de recurso apresentado pela procuradoria. O caso julgado ontem pelo Carf estava suspenso desde outubro por pedido de vista. Os votos apresentados na ocasião foram mantidos ontem. E, por cinco votos a três, as cobranças de Cide foram validadas.

Nas autuações fiscais questionadas pela Petrobras, a Receita Federal passou a cobrar a Cide após desconsiderar os afretamentos e entender que os contratos tratariam apenas de importações de serviços (processos nº 16682.720836/2014-46 e nº 16682.722898/2016-54). A tese não é nova no setor. A Receita Federal autuou a Petrobras e outras companhias por discordar da forma de contratação dos serviços de exploração marítima de petróleo. Normalmente, costuma-se separar em dois contratos, um para o aluguel (afretamento) de embarcações e outro para a prestação de serviços de perfuração, exploração e prospecção — geralmente firmado com subsidiária do fornecedor estrangeiro.

Como o afretamento não é tributado, geralmente correspondia ao maior valor do negócio. A partir de 2014, porém, a Lei nº 13.043 passou a estipular um percentual máximo para a alocação de receitas em cada contrato. Também existem autuações de PIS e Cofins pelo mesmo motivo, mas o julgamento de ontem tratou apenas de cobranças de Cide. Em um dos casos em julgamento, a Receita cobrava Cide do ano de 2012. O valor é de R\$ 6,12 bilhões. A Câmara Superior julgou recurso da empresa e da PGFN porque, em 2018, a 2ª Turma da 4ª Câmara da 3ª Seção havia excluído o IRRF da base de cálculo da Cide. A PGFN recorreu dessa parte e a Petrobras do mérito.

O outro processo trata de cobrança de Cide referente ao ano de 2010. O valor é de R\$ 3,06 bilhões. Os casos começaram a ser julgados juntos. Todos os conselheiros já haviam votado, em outubro, pela manutenção do IRRF na base da Cide. Já existe uma súmula do Carf nesse sentido, de aplicação obrigatória. Sobre a incidência da Cide pela bipartição artificial dos contratos de afretamento e prestação de serviços, segundo a relatora, conselheira Liziane Angelotti Meira, que também é presidente da turma, a fiscalização analisou cerca de 200 contratos, um a um, e as conclusões não foram genéricas. A relatora leu o voto novamente na sessão de ontem.

A análise mostra, afirmou a relatora, que os contratos são firmados simultaneamente e que a extensão de um é vinculada a do outro e que o contrato de afretamento tem alguns itens inerentes ao de prestação de serviços, que, por sua vez, preveem obrigações típicas do contrato de afretamento — como contratar seguro da embarcação. Para a relatora, há a artificialidade alegada nas autuações — com a bipartição de valores em 90% no afretamento e 10% na prestação de serviços. O voto dela foi seguido por outros quatro conselheiros, três indicados pela Fazenda e uma pelos contribuintes.

O conselheiro Oswaldo Gonçalves de Castro Neto, representante dos contribuintes, que havia pedido vista em 2023, divergiu ontem e ficou vencido. Para ele, a prestação de serviços é iminente ao afretamento. “Além de ter uma descrição genérica do objeto, todos os contratos têm anexos que indicam o que cada um prestou e a responsabilidade de cada um nos contratos”, disse ele, acrescentando que é incorreto afirmar que foi contratado só afretamento ou só prestação de serviços. O voto divergente foi seguido por dois conselheiros, da representação dos contribuintes.

A advogada da Petrobras, Micaela Dutra, respondeu ao Valor, após o julgamento, que aguarda a publicação da decisão para analisar se irá propor recurso. A Petrobras foi procurada, mas não deu retorno até o fechamento da edição.

STJ aplica lei e impede Fazenda de levantar antecipadamente garantia

Com a conversão da garantia, dinheiro ia direto para o caixa da União, Estado ou município, antes do fim do processo

Beatriz Olivon



A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) mudou sua jurisprudência e entendeu, por maioria de votos, que a Fazenda Nacional não pode levantar antecipadamente garantia apresentada pelo contribuinte, antes do fim de ação de cobrança (execução fiscal). Os ministros, em julgamento realizado ontem, levaram em consideração mudança na legislação sobre o assunto. Em setembro do ano passado, foi editada a Lei nº 14.689, que proíbe a liquidação antecipada. Na época, nasceu a dúvida se a norma seria válida apenas para as execuções fiscais propostas dali em diante. No julgamento,

porém, dois ministros se manifestaram pela aplicação da mudança processual mesmo a processo que já estava em curso.

Esse ponto foi alvo de veto na norma, batizada de Lei do Carf, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O projeto aprovado pelo Congresso Nacional proibia o levantamento antecipado. Previa que a fiança bancária ou o seguro garantia só poderiam ser liquidados após o trânsito em julgado de decisão de mérito em desfavor do contribuinte — quando não cabe mais recurso. No veto, a Presidência da República apontou contrariedade ao interesse público. Justificou que “a impossibilidade de execução imediata dessas espécies de garantia fragilizaria o processo de cobrança, indo de encontro à jurisprudência nacional”. A liquidação antecipada favorecia o Fisco ao permitir a conversão da garantia em dinheiro para o caixa da União, Estados ou municípios.

Mas o veto foi derrubado. Ontem, em seu voto, o ministro Benedito Gonçalves, que seria responsável por desempatar a questão, levou esse ponto em consideração. Para ele, a nova regra tem aplicabilidade imediata. “Está vedada a liquidação antecipada do seguro garantia antes do trânsito julgado da sentença”. A ministra Regina Helena Costa alterou seu voto, que era contrário à revisão da jurisprudência sobre o tema. A mudança já era esperada. A julgadora, recentemente, ao rejeitar pedido de julgamento da questão por meio de recurso repetitivo, entendeu que, por tratar-se de uma norma processual, a Lei nº 14.689 deveria ser aplicada imediatamente a todos os processos em curso, conforme dispõe o artigo 14 do Código de Processo Civil (CPC).

Em novembro, quando o julgamento havia começado na 1ª Turma, o relator, ministro Sérgio Kukina, votou para aplicar o entendimento pacífico da 1ª e da 2ª Turmas, favorável ao Fisco. E a ministra Regina Helena Costa o havia acompanhado. O ministro Gurgel de Faria divergiu, votando pela impossibilidade de intimação da empresa seguradora a depositar o valor do seguro garantia antes do trânsito em julgado da sentença. Foi acompanhado pelo voto do ministro Paulo Sérgio Domingues (AREsp 2310912/MG).

“É uma alteração substancial”, afirmou ontem, sobre a decisão, o ministro Paulo Sérgio Domingues, que é presidente da 1ª Turma. Após o julgamento, o procurador Thiago Silveira, que coordena a atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) no STJ, afirmou que preferia não comentar o assunto. O advogado Sandro Machado dos Reis, do Bichara Advogados, destaca que, por uma questão de racionalidade com o sistema jurídico, o entendimento deveria ser seguido pela 2ª Turma. “A decisão é das mais relevantes para se evitar ainda mais insegurança jurídica para o contribuinte, que teria a execução prévia da garantia ofertada antes mesmo do trânsito em julgado de decisão judicial sobre a cobrança do débito”, diz.

Já Glauce Carvalho, diretora jurídica da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), destaca que o julgamento é o primeiro de mérito da Corte após o próprio STJ decidir não analisar o tema em recurso repetitivo. “A decisão da 1ª Turma põe uma pá de cal na discussão”, afirma. Glauce também aponta o efeito da decisão da 1ª Turma no mercado. “O seguro garantia faz com que as empresas tenham menos desembolso nas discussões jurídicas sobre qualquer tipo de dívida”, diz. “Várias instituições financeiras esperavam por essa decisão para ter segurança jurídica para comercializar esse tipo de produto, o que gerará maior concorrência e acabará reduzindo o seu preço.”

Siemens consegue liberar seguro de R\$ 300 milhões

Valor era garantia dada em ação civil pública que discute formação de cartel em licitações de metrô

Beatriz Olivon

A Siemens conseguiu, na 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), liberar garantia no valor de R\$ 300 milhões dada em ação civil pública que discute formação de cartel em licitações de metrô. O valor do seguro supera condenação em danos morais coletivos, de R\$ 14,5 milhões, sofrida pela companhia em segunda instância.

A condenação foi fixada após acordo de leniência firmado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A Siemens recorreu ao STJ questionando a condenação e também para tentar, pelo menos, reduzir o valor da garantia (Resp 2013053).

A ação civil pública teve início a partir de uma decisão do Cade, que apontou a existência de cartel. A investigação havia começado na autarquia justamente por causa de acordo de leniência feito pela própria Siemens. A leniência feita com o Cade não impede o Ministério Público de entrar com pedido de reparação coletiva pela prática. O MPDF pediu então, em ação civil pública, o ressarcimento de danos que teriam sido causados pela licitação frustrada.

O valor da condenação foi fixado em R\$ 4,5 milhões na primeira instância e elevado para R\$ 14,5 milhões no Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF). A Corte, contudo, não aceitou o pedido sobre revisão da garantia, indicando que a constrição já havia sido questionada no STJ. Para aumentar a indenização por dano



moral coletivo, a 6 Turma do TJDFT apontou a “tristeza coletiva diante desse comportamento fraudatório e o mau exemplo para gerações atuais e futuras”.

No STJ, o relator da ação, ministro Gurgel de Faria, disse, no início do julgamento, em maio de 2023, não ver sentido que uma empresa como a Siemens, conhecida mundialmente, fique com constrição de mais de R\$ 300 milhões como garantia judicial para reparação de danos. O relator considerou a relevância do custo do seguro e aceitou o pedido. O ministro negou, contudo, a revisão do valor da condenação em si.

A ministra Regina Helena Costa, que havia pedido vista na ocasião, acabou divergindo na retomada do julgamento, em dezembro. Negou os pedidos. O ministro Paulo Sérgio Domingues abriu uma terceira linha de voto. Para ele, não haveria motivo para a manutenção da garantia e ainda afastou os valores referentes aos danos morais coletivos. O julgamento foi suspenso, em dezembro, por pedido de vista do próprio relator, ministro Gurgel de Faria, que queria analisar o voto de Domingues sobre os danos morais coletivos. O julgamento foi retomado ontem com a reafirmação do seu voto.

Na sequência, o ministro Benedito Gonçalves seguiu o voto do relator. Para ele, os danos morais coletivos devem ser mantidos, mesmo com as sanções do acordo de leniência. Ao mesmo tempo, desobrigou a manutenção da garantia. O ministro Sérgio Kukina seguiu o voto do ministro Paulo Sérgio Domingues. Dessa forma, quatro ministros votaram pela retirada da garantia e três pela manutenção do dano moral coletivo. A garantia foi afastada, mas o dano moral coletivo foi mantido. Após o julgamento, o advogado Tulio Freitas do Egito Coelho, representante da Siemens no caso, afirmou que vai estudar a possibilidade de recurso para discutir a condenação por danos morais coletivos.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 21.02.2024 – PÁG. E2

É preciso discutir o Projeto de Lei nº 3/24

Nova alteração do processo falimentar deve ser precedida de amplo debate pela sociedade e dos operadores do direito que atuam na área

Paulo Dias de Moura Ribeiro, Maria Rita Rebello Pinho Dias e Clarissa Somesom Tauk



O Projeto de Lei nº 3/24, encaminhado ao Congresso em regime de urgência, pretende trazer celeridade à falência. No entanto, como as alterações propostas modificam pilares em que se sustentam o processo falimentar, é imprescindível maior aprofundamento dos debates. Dentre as alterações propostas no projeto, existem três preocupantes. A primeira alteração se refere à figura do gestor fiduciário, o qual será nomeado por deliberação dos credores titulares da maioria do crédito, independentemente da classe, os quais também definirão sua remuneração.



CLIPPING

DATA

21.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

27 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

O gestor irá substituir o administrador judicial, profissional cuja capacitação técnica e responsabilidades são disciplinadas pela Lei nº 11.101/05 (LRF) e que é nomeado pelo juiz de forma imparcial. Lamentavelmente, a reforma é silente sobre capacitação técnica mínima que deverá possuir esse gestor. De acordo com o projeto, o administrador judicial atuará apenas de forma provisória, até ser substituído pelo gestor fiduciário, a quem competirá representar a massa falida e elaborar plano de falência. Esse plano irá dispor sobre as principais questões da falência, tais como forma e condições de alienação dos ativos e realização dos pagamentos, podendo dispensar, no primeiro caso, a avaliação, e, no segundo, autorizar descontos.

Um ponto de preocupação dessa nova sistemática são os potenciais conflitos de interesse advindos do fato que as regras de condução da falência serão ditadas pelo gestor fiduciário, agente escolhido pelos credores titulares de maior poder econômico, e não mais por profissional nomeado pelo juiz. Essa nova conformação pode contribuir para criação de ambiente de desconfiança no processo, sobretudo diante de credores dissidentes e do falido, os quais poderão alegar a ocorrência de abuso de direito de voto ou de posição dominante. Há, portanto, risco de maior litigiosidade, o que retardará o processo.

Mostra-se preocupante também o risco de captura do gestor fiduciário pelos credores titulares de maior poder econômico, sobretudo considerando a ausência de regra do projeto que coíba expressamente essa prática. Não há no projeto de lei, por exemplo, regra que coíba o gestor de apresentar plano de falência prevendo afastamento de avaliação dos ativos permitindo sua aquisição - pelos credores ou terceiros - por valor muito abaixo do valor de mercado ou mesmo contendo descontos excessivos nos valores de créditos.

Muito embora o projeto tenha inserido o parágrafo 5º no artigo 22 da LRF, prevendo que as disposições sobre a atuação do administrador judicial na falência se aplicam também ao gestor fiduciário, não há clareza quanto às normas que dispõem sobre sua responsabilidade. Ao contrário, o artigo 82-E, parágrafo único, prevê a isenção de responsabilidade do gestor por praticar atos em conformidade com o plano homologado pelo juiz. Esse dispositivo apenas reforçará a necessidade de intenso controle de legalidade do juiz, uma vez que, o caput do artigo 82-D, prevê a necessária homologação judicial do plano em caso de ausência de oposição por credores com mais de 15% do valor do crédito.

A segunda alteração preocupante se refere à modificação proposta no parágrafo único do artigo 124 da Lei nº 11.101/05. O caput do artigo 124 prevê que os juros somente serão pagos após a adimplimento do valor do principal de todas as classes, se houver sobras. A proposta cria exceção à essa regra geral, permitindo que os juros sejam liquidados a quaisquer dos créditos do artigo 84 da mesma lei, ou seja, os créditos extraconcursais.

Essa inovação não é irrelevante. Veja-se, por exemplo, no caso de recuperação judicial em que tenha havido um empréstimo extraconcursal autorizado pelo juízo. Nessa situação, de acordo com a nova sistemática, haverá fundado receio de que credores concursais vulneráveis, como é o caso do trabalhista, não recebam seus créditos, visto que, no contexto falimentar, improvável que existam ativos para pagar o principal e os juros dos créditos extraconcursais e ainda remanesça valor para solver os demais credores concursais. Não se desconhece a importância dos financiamentos realizados para empresas em recuperação judicial. Sem o ingresso de capital novo, é possível que o soerguimento delas seja inviável. Contudo, uma alteração tão substancial da política legislativa para a tutela do crédito necessita de amplo debate pela sociedade, o que é incompatível com a urgência conferida à tramitação do projeto.

Por fim, também é preocupante a expectativa de celeridade que se espera aferir com a reforma. Além da litigiosidade que certamente irá surgir em razão dos potenciais conflitos de interesse, não se pode ignorar que as normas do projeto não trazem cronograma mais curto para alienação de ativos. Enquanto a lei atual prevê prazo de 180 dias para alienação de ativos, o projeto permite que o plano de falência afaste a observância desse prazo.

O texto do projeto, portanto, ao contrário do que sugerem as razões de seu encaminhamento, permite ampliação indefinida do prazo do processo, que passará a se submeter exclusivamente ao critério e conveniência dos credores. Os três pontos acima evidenciam preocupações com relação ao incremento de litigiosidade, de morosidade e de maior intervenção judicial que poderá advir à falência em razão das alterações propostas pelo PL 3/24.

É de se destacar que, em 24 de dezembro de 2020, a LRF foi alterada, após intenso debate legislativo e análogo com o Judiciário, trazendo inovações ao processo de falência que foram bem recebidas pela comunidade jurídica, entenderam que elas contribuiriam para tramitação mais célere e eficiente do processo. Por serem bem recentes, tais alterações ainda não foram sequer objeto de estudo para apurar seu impacto no processo falimentar. Nova alteração do processo falimentar, portanto, sobretudo considerando a recente reforma operada, deve ser precedida de amplo debate pela sociedade e dos operadores do direito que atuam na área, para permitir amadurecimento das sugestões propostas e apresentar maior esclarecimento quanto as preocupações aqui apresentadas.

FATOS HISTÓRICOS DO DIA– SEBIB

Dia 21 de Fevereiro - Dia Internacional da Língua Materna

A ideia de comemorar o Dia Internacional da Língua Materna foi uma iniciativa de Bangladesh. Esse dia foi aprovado na Conferência Geral da UNESCO de 1999 e tem sido observado em todo o mundo desde 2000. A UNESCO acredita na importância da diversidade cultural e linguística para sociedades sustentáveis. Como parte de seu mandato para a paz, a UNESCO trabalha para preservar as diferenças de culturas e línguas que promovem a tolerância e o respeito pelos outros. As sociedades multilíngues e multiculturais existem por meio de suas línguas, que transmitem e preservam conhecimentos e culturas tradicionais de forma sustentável.

A diversidade linguística está cada vez mais ameaçada, à medida que mais e mais línguas desaparecem

Em âmbito mundial, 40% da população não tem acesso à educação na língua que fala ou entende. No entanto, avanços estão sendo realizados na educação multilíngue, e cada vez mais aumenta a compreensão sobre sua importância, particularmente na educação infantil, além do maior comprometimento com seu desenvolvimento na vida pública.





CLIPPING

DATA
21.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
29 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

“As línguas devem ser respeitadas e abraçadas, jamais excluídas”, diz relator

Para especialista da ONU em temas de minorias, os países precisam ser mais inclusivos no tratamento e uso das línguas de minorias e línguas indígenas; Fernand de Varennes emitiu comunicado à véspera do Dia Internacional da Língua Materna, celebrado neste 21 de fevereiro.

O direito à língua é uma questão de direitos humanos tanto para as minorias como para os povos indígenas. A declaração é do relator especial* para os Temas de Minorias, Fernand de Varennes. Segundo ele, os idiomas são ferramentas essenciais para a comunicação e a partilha de conhecimento, memória coletiva e história.

Línguas, matemática e outras disciplinas

Além disso, são as línguas que garantem a participação equitativa e íntegra na sociedade. O relator acredita que uma das formas mais eficientes de dar autonomia às minorias e aos povos indígenas é garantindo que as línguas que falam possam ser utilizadas na educação e oferecidas, quando viável, em vagas de emprego e nos serviços públicos.

A preocupação do especialista é com a redução dessas ofertas e até mesmo a exclusão de serviços em línguas indígenas na formação dos alunos. O especialista argumenta que é uma obrigação dos Estados: treinar os professores nas línguas locais, promover a língua materna, ensinar não apenas línguas, mas também matemática e outras disciplinas no idioma da criança incluindo as línguas oficiais.

“Nacionalismo majoritário”

Para ele, esse é o caminho da não discriminação e da igualdade e que respeita a lei internacional. Fernand de Varennes afirma que para celebrar a riqueza da diversidade linguística é fundamental se distanciar de novas formas de um “nacionalismo majoritário” que presume que as sociedades e países têm de ter apenas uma língua excluindo as outras. O relator afirma que esta é uma postura inconsistente com sociedades inclusivas que respeitam os direitos humanos e os direitos das minorias e dos indígenas. *Os relatores de direitos humanos são independentes das Nações Unidas e não recebem salário pelo seu trabalho.